

# Diocese de Portalegre e Castelo Branco

Comissão Diocesana de Justiça e Paz

## Erradicar a pobreza: um desafio

(Comunicado da Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Portalegre e Castelo Branco)

O estudo recentemente divulgado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos “*Desigualdade de Rendimentos e Pobreza em Portugal As consequências sociais do Programa de Ajustamento*” merece reflexão e deve sugerir aos decisores políticos e a muitos responsáveis de Organizações do 3º setor um profundo exame de consciência.

Desde logo por deitar por terra dois dos mitos que foram sendo inculcados: o 1º afirmando que as políticas de austeridade, com cortes nos salários e pensões tinham conseguido isentar as famílias e os indivíduos mais pobres; o 2º que assegurava que a crise foi particularmente sentida pela classe média. A realidade, comprova o estudo, “*é bem diferente...no período 2009-2014, enquanto o rendimento dos 10% mais ricos registou um decréscimo de cerca de 13%, o rendimento dos 10% mais pobres diminuiu nada menos que 25%*” (Pág.153)

Aliás, segundo o professor Farinha Rodrigues que *coordenou* este estudo. “*O aumento contínuo do fosso que separa os mais ricos dos mais pobres constitui o principal traço de evolução das desigualdades ao longo destes anos de crise*”.

A Comissão Nacional Justiça e Paz chamou já a atenção para a profunda injustiça que alguns dos dados denunciam, nomeadamente, o crescimento da pobreza infantil, que, entre 2009 e 2014, aumentou de 22,4% para 24,8%; O aumento do índice de pobreza das mulheres que são as únicas responsáveis pela família e a perda de rendimentos dos jovens que atingiu os 29% e obrigou muitos a emigrar.

Associamo-nos a essas chamadas de atenção e aos alertas para o fato de esta situação por “*em grave risco a coesão social e a concretização, no nosso país, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1)*”.

Subscrevemos também a mensagem da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN) Portugal a propósito do Dia *Internacional para a Erradicação da Pobreza* que aponta como objetivo, fazer do combate à pobreza “*um desígnio nacional*” pois “*a erradicação da pobreza não é uma utopia, mas sim um objetivo urgente, para o qual tem que existir vontade política e coragem para cumprir*”(2).

No momento em que vai iniciar-se a discussão do Orçamento de Estado para 2017, convirá ter presente os dados que o Estudo evidencia: Os planos de assistência não atacam os problemas da pobreza e a devolução dos rendimentos, embora necessária, também não. Urge ir mais longe.

Conviria que os cristãos e “os homens de boa vontade” fizessem chegar aos empresários e aos decisores políticos a palavra profética do Papa Francisco: *“A necessidade de resolver as causas estruturais da pobreza não pode esperar; Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo ... A desigualdade é a raiz dos males sociais (3)”*

*.” Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo. (4)”*

A pobreza é um atentado à natureza humana. Erradicá-la é um imperativo ético. É um desafio que a todos deve interpelar. É um desafio que temos obrigação de vencer.

Castelo Branco 17 de Outubro de 2016

- (1)- Comunicado de 29 de Setembro da CNJP;
- (2)- Comunicado da EAPN de 14 de Outubro
- (3)- Evangelii Gaudium (nº 202)
- (4)- Evangelii Gaudium (nº 203)